

# NO BRASIL, O PARAÍSO: UM MITO DO DESCOBRIMENTO\*

Hernâni DONATO

Nesta palestra quero abordar ângulo não coberto pelas comemorações oficiais e não exaurido pela mídia nestes meses dos 500 anos do achamento do Brasil. Não se trata de novidade nem de ficção. Apenas é pouco divulgada essa visão paradisíaca do país, hoje visto como, no mínimo, Purgatório. Alguns autores incursionaram por esse Jardim, desde Gandavo e frei Vicente até Sérgio Buarque de Holanda, sendo este o que mais se demorou nessa expedição.

Mas, ainda que sustentada por tão respeitáveis abonadores, essa proposta resulta tão impactante - para não dizer absurda, maluca de todo - que me imponho invocar, mais do que um aval literário, uma vontade que significou sacrifício de vida.

Por isso, nesta linda manhã de 21 de junho de 1774, nesta bela cidade de Lisboa, convido as senhoras e os senhores para uma visita pouco agradável, porém bastante convincente. Vamos descer ao cárcere da Inquisição, a esta cela onde esta sendo vestido para a morte o réu de nome Pedro de Rates Hanequim. Nesta manhã e pela tarde deste dia ele será levado à Ribeira e afogado com a observância de todo o ritual próprio. Depois de afogado, será enforcado, e enforcado terá o corpo consumido na fogueira. Ao fim do dia, as cinzas serão esparsas na foz do Tejo. Nada deverá sobrar dele, que, preso em 1771, recusou teimosamente o perdão que lhe ofereciam em troca da renúncia às idéias que propagava.

---

(\*) Palestra realizada no Conselho de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo no dia 19 de outubro de 2000.

De pronto irrompe a pergunta, perplexa, assustada: por que tamanha dureza do poder real? Qual o crime do obstinado Hanequim? Foi o de ter afirmado que o Paraíso Terrestre não fora extinto quando da expulsão de Eva e de Adão, porém ocultado no interior do Brasil à espera de homens que pela sua virtude e coragem o localizassem. A afirmativa de Pedro de Rates foi considerada ameaça religiosa e política para as instituições da época. Religiosa, porque contrariava a Bíblia; política porque o povo que mantinha sólido o império nas duas margens do Atlântico tenderia a entender que, se Deus tivesse privilegiado este lado do oceano, estaria indicando qual delas a mais importante. Com isso colocaria o Brasil acima da Metrópole. E isso Portugal não podia tolerar. De fato Pedro de Rates meteu-se numa conjura para aclamar o infante Manuel rei do Brasil, o que independentizaria o Brasil uns oitenta anos antes do grito de Pedro I no Ipiranga. A conspirata foi desarticulada e seus participantes, aprisionados. Ela nos serve de prova de quanto Hanequim - filho de holandês de Roterdã - amava o Brasil, onde viveu 26 anos nas montanhas de Minas.

O poder real não poderia tolerar a convocação de um rei para o Brasil mesmo escolhido no centro da dinastia. O poder inquisitorial não poderia aceitar as alterações que Hanequim introduzia na Bíblia. Condená-lo, alegando razões políticas, tornar-se-ia perigoso para a própria política, pois, ainda que pelo ângulo negativo, magnificava a importância do Brasil. Mais aceitável pela opinião pública era condená-lo como herético. Não custou aos inquisidores elencarem culpas suficientes. Pois ele afirmava também que a Trindade, Nossa Senhora, Jesus e os anjos, no céu, tinham corpo material. Um tipo de material, digamos espiritualizado, mas sempre material. Pior ainda, insistia em que Deus Pai não participara da criação do mundo, apenas assistira os trabalhos de Deus Filho e Deus Espírito Santo. O povo foi, pois, informado de que Hanequim fora condenado por razões de fé. Nada de política colonial. Execução que aconteceu a 21 de junho de 1774.

Em resumo, ele afirmava, primeiro, que o Paraíso continuava a existir, a Árvore do Bem e do Mal era uma figueira nativa e os rios Amazonas e São Francisco eram dois dos quatro rios que, segundo a Bíblia, limitavam e defendiam o território do Paraíso e ambos nasciam da fonte da vida jorrante no interior brasileiro - projetada nos séculos futuros com a Fonte da Juventude e procuradíssima - e segundo, que Adão fora

criado com barro brasileiro e só em adulto é que se dirigira a Jerusalém, atravessando o oceano a pé enxuto. Na Bahia, e em vários outros sítios, Adão deixara, à moda de assinatura, marcas de suas pisadas.

Porém, Hanequim não criara um núcleo de teoria. Apenas ecoara um acreditar secular. Secular, no tocante ao Brasil. Milenar no referente à permanência do Jardim do Éden. Talvez tenha sido esse o acreditar mais consolador para os que esperavam a felicidade na terra, o mais fertilizador da produção literária erudita e popular e o mais encorajador de viagens e aventuras. Houve mesmo, um largo e fértil ciclo de histórias da procura do Paraíso, do qual é particularmente clássica em nossa língua **As Viagens do Amaro**. A confiança foi assinalada em textos, aqui e ali, por quase toda a cristandade. Imaginava-se um Jardim onde toda matéria se faria gozo espiritual, em meio à música angélica, tons celestiais, consolações inefáveis.

No século XIV essa espiritualidade começou a ceder espaço a certos gozos materiais aceitáveis: comida, bebidas... Ao redor do ano 1.320 apareceu o livro **De Ave Phenix**, que convulsionou aquela imagem do Paraíso introduzindo nele gozos pagãos. Seu autor, Lactânio (Firmianus Lactâncios), merecera ser chamado o Cícero Cristão, por sua obra **Da Formação do Homem**. Era, pois, um especialista. Haveria delícias demais naquele Éden, o que provocou mal-estar entre o clero. Especialmente por anunciar a abolição da morte para todos os que tomassem da água da fonte que manava do Jardim.

Bem, dirão as senhoras e os senhores que, embora comovente, o empenho de Pedro de Rates Hanequim é pouco para que sua tese mereça a atenção de, por exemplo, gente do padrão daquela aqui reunida. Devo e quero atender a esse justo reclamo. Vamos pois a mais defensores da mesma. Convoco em primeiro lugar Dom Antônio León Pinello.

Pinello mereceu, por suas habilitações, ser conselheiro real de Castela, cronista-mór, recompilador das leis das Índias. Destacou-se como historiador, jurista, numismata e por ser considerado um dos maiores bibliófilos europeus, famoso também por sua coleção de antiguidades.

Pois essa personalidade tão ocupada, tão solicitada, dedicou boa parte de sua vida no justificar a teoria de que Adão fora sul-americano, sendo o Amazonas, e não o Nilo, conforme então se acreditava na Europa, um dos limites do Paraíso ocultado.

Pinello escreveu cinco livros, totalizando 88 capítulos que somam 838 folhas, todas bem conservadas na Biblioteca Real de Madrid. E mais 930 páginas manuscritas. Para nós, é principal entre as cinco obras aquela intitulada **El Paraíso en el Nuevo Mundo**.

Afirmou que Deus fez Adão com barro sul-americano - basta ver, argumentou, que o subcontinente tem a forma de um coração; que o maracujá e não a maçã é que encantou Eva e perdeu Adão; que somente as madeiras das matas do continente poderiam ter dado robustez à Arca, a qual, para recolher tantos animais - onças, tatus, capivaras, emas, gaviões, cascavéis, macacos, teve capacidade para 28.125 toneladas. As primeiras chuvas caíram a 28.11.1656 do começo do mundo, segundo a datação judaica. A arca destacou-se do chão americano nove dias depois e pousou em solo asiático a 27.11.1657. Noé mostrou-se um sul-americano convicto. Quando teve assegurada a propagação da espécie humana e a dos animais, reassumiu o comando da Arca e voltou à América. A arca pois, está por aí, oculta. Quem sabe umas quantas e uns quantos das senhoras e dos senhores presentes estão predestinados, desde o início dos tempos, a localizá-la em algum recanto ainda misterioso deste país.

Justificando-se, León Pinello relatou e Buarque de Holanda no-lo transmitiu, alguns dos principais autores que situaram o Éden na América do Sul : Francisco López de Gomara, **Historia de las Índias**; Antônio de Herrera, **Historia de las Índias**; Juan de Solorzano, **De Ind. Jur.**; padre Josef de Acosta, **Historia Natural de las Índias**; frei Tomás de Maluenda, **De Paradiso**; Laurêncio Beierline, **In Theatro Vitae**; Cornélio Jansenio, **In Pentateuco**; Leonard Mario, **In Script**; Cornélio Lapide, **In Gen.**; frei Cláudio de Abbeville; padre Nicolau Abramo, **Phori Vet.**; Fernando Montesino, que na dedicatória de um auto-de-fê celebrado em Lima no ano de 1640, assim principiou : “Dois autos-de-fê, os maiores, se celebraram na América. Um deles fez Deus, primeiro inquisidor contra a apostasia de Adão e Eva no Teatro do Paraíso”.

Seria longo e decerto tedioso relatar mais livros e mais propagadores desse acreditar. Mas há um divulgador do mesmo que não pode deixar de ser citado. É o nosso bem-conhecido e devidamente reverenciado padre Simão de Vasconcelos, que vamos seguir no tomo I da clássica **Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil**. Mais especificamente, nas **Notícias Curiosas**. Confiado em “testemunhos

infinitos”, aceitava que o Paraíso Terreal fora posto em terra do Grão-Pará. Sacerdote, Vasconcelos preocupou-se com a possibilidade de que tal idéia aborresse os inquisidores. Afinal, contrariava toda a história oficial, a própria Bíblia. Consultou, por escrito, doutores de Lisboa, Coimbra e Évora. À unanimidade, os consultados responderam que Vasconcelos não incorria em falta. Afinal, não fora nunca definido o sítio elegido por Deus para criar Adão e Eva e instalar o Éden.

O padre Serafim Leite, no livro mais recente e bem documentado a respeito, e que se intitula **O Tratado do Paraíso na América e no Ufanismo Brasileiro**, publicado em Lisboa em 1962 e em nossa Coleção “Brasíliana”, teatral e documentalmente, relata o que ocorreu em seguida à consulta. E que foi o seguinte: Vasconcelos liberou a impressão do livro, senhor que era de todas as autorizações necessárias. Impressão lenta, pois feita no ano de 1663.

À medida que cada exemplar era ultimado, o autor o destinava a uma personalidade. Para que o vissem e opinassem. Quando o décimo ficou pronto, chegou-lhe ordem terminante para mudar a redação do trecho final. Não deveria afirmar, mas deixar vaga a localização do Éden no Brasil. E, principalmente, amenizar a atuação do Espírito Santo em relação ao Pai e ao Filho na escolha do local do Paraíso. Vasconcelos recolheu os dez volumes distribuídos. Imaginemos com quais cautelas e trabalhos. E pensemos no susto e na perplexidade dos que tiveram de devolver a obra. Refez a reimprimiu o trabalho. Disse, e é o que podemos ler, que “não cometeria pecado quem assim pensasse, já que tamanhos prodígios se tinham assinalado nestas partes do mundo”. Sabemos de tudo isso pela correspondência entre Vasconcelos e um dos consultores, a qual foi localizada pelo padre Serafim Leite na Biblioteca Nacional de Turim.

**Quais os sinais do Paraíso?** Durante certo tempo, antes e logo depois da viagem cabralina, o Brasil foi chamado “Terra dos Papagaios”. Diz-se que, mesmo antes de abril do ano 1.500, os atrevidos marinheiros que ousavam integrar equipagem de barcos vindos em busca do pau-brasil preferiam ser pagos com papagaios e com jibóias.

Na Europa, além das notícias sobre as virtudes do clima, águas, das frutas, a presença numerosa do papagaio, da jibóia e do beija-flor valia como provas da localização do Paraíso.

Tal crença está na melhor tradição européia ligada ao Éden. O papagaio seria a verdadeira árvore do Paraíso. Antes da queda do homem no pecado todos os bichos falavam, conforme é bem sabido. Mas depois do fechamento do Jardim, só a ele foi concedido o continuar falando. Além do quê, sua longevidade o fazia privilegiadamente quase imortal.

Ele aparece, com essa prerrogativa, na poesia e na arte. Sérgio Buarque de Holanda relaciona casos. O poeta Tasso o coloca no Jardim da Armida; o vate Marino, no poema “L’Adone”, o faz discorrer com sábios notórios.

Na arte, basta citar Rubens, que, ao fazer por encomenda cópia do quadro “O Pecado Original”, de Ticiano, ousa introduzir nele um papagaio. Tal cópia se encontra no Museu do Prado, em Madrid. E no Museu Real de Haia está outro quadro “O Paraíso Terrestre”, de Rubens e Jean Brueghel, no qual figura um papagaio.

A jibóia lembrava o Paraíso por acreditar o povo que, depois de morta e devorada, ela ressuscitasse retomando carne e espírito. E o beija-flor seria sempre um milagre, pois nascido de borboleta se transformava em ave.

**O ar e a água curavam.** A crença de que o Paraíso estava na América portuguesa deu consistência a outro mito ou quase mito: se tivesse o Éden saído direto e sem jaça das mãos de Deus, não agrediria com doenças mas curaria os males físicos com que os europeus cruzassem o oceano. Por isso, até no interior das instituições religiosas expediam-se para o Brasil os doentes.

Não precisamos de melhores exemplos do que os de Nóbrega e de Anchieta. Este veio corcunda, vitimado pela queda de uma escada na biblioteca da escola. Nóbrega, além de gago, padecia de perda de sangue, principalmente nas pernas. Outros religiosos, muitos leigos, procuraram curas no clima, nas águas, na alimentação.

Neste ponto da história permito-me uma digressão de acontecimento que me comove sobremaneira e que envolveu os dois citados jesuítas. Ambos estão em Iperoigüe tentando acalmar os tamoios e tirá-los da órbita da influência francesa. Se fracassassem, o Brasil português pereceria. Na praia conversam, oram. Súbito, surgem canoas de tamoios que, conforme notícias da véspera, incursionavam para matar os

dois religiosos. Só há fugir. Nóbrega perdendo sangue não pode correr. Pede a Anchieta que se salve e salve o Brasil lusitano. Mas o corcunda José toma nas costas o gago e doente Manuel e vencendo lagoas e areal salva-se, salvam-se e ao Brasil que é nosso. Milagre? Quem sabe, coisas próprias do Paraíso!

**Disputa pelas frutas.** As senhoras e os senhores já se terão perguntado se a localização e o conteúdo de tal Jardim não suscitaram celeumas. Sim, várias. Destaco uma ou duas. Das mais curiosas é aquela acerca da fruta que seduziu Eva e, pois, desgraçou-nos a nós, mortais.

Até Colombo e Cabral foi pacífica a aceitação da maçã como o instrumento do tentador. Era o que dizia o livro do Gênesis. Porém, no devassamento do interior americano não se achou macieira alguma. Ou se mudava a fruta ou a localização do Paraíso.

Também nesse particular divergiram os países ibéricos. Riquíssimos em literatura relativa ao tema deram à maçã substituto diferente. Os portugueses, na Europa e no Brasil, elegeram a banana, que, aliás, na classificação de Lineu, é chamada **Musa paradisiaca**. Visualizemos Eva, toda indecisão e êxtase, assistindo a serpente descascar a banana pecaminosa! Logo a banana...

Havia suporte antigo e firme para essa atribuição. O importante autor Garcia da Orta, no citadíssimo **Colóquio dos Simples e Drogas da Índia**, refere como ouviu de um franciscano que “nesta fruta é que Adão pecou”. Há mais. No saboroso **Livro del Infante Don Pedro de Portugal**, Gomez de Santisteban assegurou que o mítico rei cristão Preste João anualmente confirmava os governadores de província na fé em Jesus, partilhando com eles uma banana e reflexões sobre “o milagre que nessa fruta há: que em cada parte que se parte aparece o crucifixo e Santa Maria com seu Filho nos Braços”.

Talvez fossem bem diversas das nossas democráticas e vulgares bananas de feira aquelas bananas reais do Preste João, mas confio em que já amanhã as senhoras e os senhores cumprirão com mais respeito o gesto de lançar ao lixo a casca da banana matinal.

Aqui, como na Ásia, a banana era encontradiça. Pero de Magalhães Gandavo, que escreveu o **Tratado da Terra do Brasil** pelo meado dos anos quinhentos, referiu-se ao fato de a banana guardar em seu

íntimo o claro desenho de um crucifixo. Gabriel Soares de Sousa registrou no **Tratado Descritivo do Brasil**, em 1587, que “quem cortar a banana ver-lhe-á no meio a feição de um crucifixo”.

Mesmo bem depois que o mito do Paraíso se transformou no do El-dorado, da riqueza como forma de vida paradisíaca, a banana manteve prestígio miraculoso. E em âmbito nacional. Frei João Pacheco, no **Divertimento Erudito**, impresso em 1.734 em Lisboa, relatou que na Bahia dava-se como certo ser “essa fruta que Deus proibiu a Adão”. Também em Recife tal acreditar tinha curso segundo se lê no **Folclore Pernambucano**, de Pereira da Costa. Ainda em 1.808, ano em que, com a chegada da família real, o Brasil tornou-se a cabeça do império luso, tratava-se a fruta com reverência. John Luccock, observador arguto da vida carioca, anotou que “não há um bom católico neste país que corte uma banana transversalmente, porque seu miolo mostra a figura de uma cruz”.

Isso tudo, no mundo português. Com o que não concordaram os espanhóis. Eles e seus descendentes americanos situaram o Éden, sim, na América, mas não em terras portuguesas. Quiseram-no na vertente ocidental dos Andes e, no lugar da maçã, repudiando a plebéia banana, posicionaram a bem menos rara e bem mais exótica “granadilla”, que é o nosso maracujá. Fizeram-no especialmente pela flor, logo chamada flor da Paixão. Assim se reforçou a ponte, estendida em algum tempo, entre a expulsão do casal edênico e a Paixão de Cristo. A flor do maracujá mostrou-se perfeita para esse enlace entre o Velho e o Novo Testamento.

De nossa flor, à exceção talvez da rosa, foi dito, em exaltação, o que se disse desta, na Espanha, na França, na Itália. Correu pelas igrejas e pelas casas cristãs da Europa, recitado como se fosse oração, o soneto do napolitano Genaro Grosso **Al fior in cui si vede la Passione del Signore**. Na cultíssima Bolonha, o inspirado sonetista Cláudio Schitini também burilou versos a ele dedicados.

Ao começarem os anos mil e seiscentos o maracujá havia feito arquivar a banana. Mesmo Vicente do Salvador e Simão de Vasconcelos aceitaram-no. Ainda em 1702 frei Antônio do Rosário em seu **Frutas do Brasil**, lembra a seus leitores uma das justificativas para se honrar a flor da Paixão: Cristo, na cruz, “encostou a cabeça para mostrar que morria como flor que, quando morre, se inclina para a terra”. É que aos crentes sempre foi mostrado que na flor do maracujá estão reproduzidos os instrumentos da Paixão.

Também na geografia, espanhóis e portugueses disputaram a glória de hospedar o centro do mundo. Colombo, em carta aos reis, afirma ter localizado o Paraíso. Ele ficou abismado com o volume da água doce que o rio Orenoco despejava no oceano. Só podia tratar-se de um dos quatro rios paradisíacos. E descreve como enviou destacamento para localizar o Éden e o sucesso alcançado. O cartógrafo Schoerner, no mapa de 1515, grava a porta do Éden na região apontada por Colombo, atual Paria, que o gravador localizou na Amazônia brasileira. **Paria sive Brasília** está escrito na carta. Mesmo no Brasil não houve unanimidade quanto ao sítio onde vicejara o Jardim que ocultava a Arca.

Autores, autoridades, donatários portugueses disputaram para as suas terras o local do Paraíso. Amazonas, Maranhão, Bahia, Pará e Mato Grosso. Afinal, o regionalismo é de todos os tempos, e em todos os tempos a nossa terra é mais bonita do que a dos outros. Aí está o hino nacional garantindo serem o céu, os bosques, os amores do Brasil superiores a quaisquer outros.

Portugueses, franceses, italianos, alemães, judeus desembarcaram, ou mais ou menos, ainda acreditando peregrinar pelo chão do Paraíso. E eis que se surpreendem com migrações de tupis e guaranis que vagam, em multidões, na busca de seu paraíso. - **do vy mara ey** (terra sem mal). Ele tem no centro a oca milagrosa de Nhandervussu, o criador do mundo. Visualizam esse seu Éden posto em algum lugar além do oceano, lá de onde vem o sol. Europa? África? Palestina? Os europeus querem-no no Ocidente. Os americanos, no Oriente. Que força prodigiosa essa que leva o homem de todas as longitudes e epidermes a sonhar e se bater pelo retorno à pátria seminal e perdida?

**A estrada do Peabiru.** Até aqui temos tratado da crença na ocultação do Éden em algum lugar do Brasil. Ela tem a ver com dois outros mistérios peçados de fascínio e objeto de fortes polêmicas. O do estrada do Peabiru e o da estrada no Brasil, muito antes do descobridor, do verdadeiro apóstolo São Tomé, introdutor do cristianismo. Em pessoa.

O nosso indígena era tão primitivo que se mostrou incapaz de colocar dez pedras uma sobre a outra. Não há memória, não há exemplo, não há ruínas que indiquem a abertura de algo a que se pudesse chamar estrada. Ele se guiava pela foz de um rio, o pico de um morro, a margem de uma floresta. Ele não abriu caminhos, no máximo aproveitou carreiros de anta. Isso, em toda a extensão da descoberta portuguesa.

Pois em 1501, em São Vicente, os portugueses viram-se confinados à praia, espremidos nela pela cadeia montanhosa da serra do Mar. Ela impedia o acesso ao planalto ou pelo menos o dificultava enormemente. Anchieta descreve a escalada como a mais áspera das estradas do mundo. Subiam agarrados em raízes e em cipós. De repente, os portugueses descobrem uma estrada, oito palmos de larga, empedrada nas zonas pantanosas, tendo o leito atapetado por relva que o mantinha limpo e conservado. Em larga extensão, não sabemos ao certo por quê, aprofundava-se, uniformemente, 40 centímetros no solo. Estava ladeado por outra erva, mais alta, de até 1,50 metro, que ocultava e protegia o traçado. A cada 18 quilômetros, uma construção de pedras com dois cômodos, duas portas, uma voltada para o ocidente, a outra para o oriente. Nela, os viajantes se protegiam da chuva, da noite, do frio, das feras. Esse caminho aprofundava-se 200 léguas pelo interior. Nóbrega, escrevendo ao rei, exclamou: “Essa estrada supera as qualidades das melhores de Lisboa”.

Embora a maior parte de documentação, tanto a religiosa quanto a laica, em português e em espanhol, além de depoimentos como os de Schmiedel, faça referência ao Peabiru como uma rede que do litoral sul se dirigisse para Assunção, vários pesquisadores alargam a presença do sistema viário inca no Brasil, mencionando um Peabiru que, da região subandina da Colômbia, chegaria ao litoral pernambucano. E outro que também descendo dos Andes, escorria pelo Brasil central, rumo à Bahia, ganhando, este, o nome mairapé, o qual passou a designar, popularmente, naquela região, os caminhos de construção não identificada.

Ainda estudante, para atender a um professor, dei-me a pesquisar sobre a linha tordesilhana. Deparei com a mapoteca que fora do Morgado de Mateus, aquele terrível e forte governador de São Paulo que impediu o avanço espanhol rumo ao Atlântico. Nessa mapoteca encontrei um mapa de 1.576, no qual alguém desenhara o caminho a que me referi, e que ali aparecia com o nome Peabiru. Ao ler esse nome, ao tocar nesse mapa, minha vida mudou. Vários dos acidentes geográficos balizados em certa área, na serra de Botucatu, me eram familiares. Eu os havia percorrido inúmeras vezes e de repente os descobria objetos e partícipes de um capítulo portentoso da história americana. Tinha de saber mais, muito mais, a respeito do caminho.

Há mais de 50 anos pesquiso o Peabiru. Tal caminho ia até Cuzco e transformado em estrada de primeira categoria no planejamento imperial dos incas demandava a cidade do México. Ele contava, ao longo da traçado, canalização de água para dessedentar os caminhantes, abria em certos trechos pomares onde o viajante se alimentava com frutas. Portanto, bem antes de Colombo e de Cabral, o continente serviu-se de um extraordinário sistema viário ao qual poderemos denominar, sem exagero, a primeira grande transcontinental americana.

A que servia? Tem-se como certo que mostrava o interesse inca pelo domínio futuro da margem atlântica, embora até 1.500 sem o manifesto propósito de incorporá-lo a alguma província imperial. Servia, assim, ao comércio. E tanto que Tomé de Sousa, sendo governador geral, assustado com o volume de mercadorias andias exportadas pelos espanhóis por São Vicente, resolveu clausurar o Peabiru, cominando pena de morte para quem infringisse a proibição. A esse rigor de Tomé de Sousa atribui-se o não terem restado em território paulista restos documentais do Peabiru. Mas há sinais abundantes em outros estados por onde ocorreram ramais do mesmo. Luís Caldas Tibiriçá escreveu ter encontrado no Mato Grosso do Sul mais de um quilômetro do caminho pavimentado com lajotas irregulares, 40 cm abaixo do solo e 1,80 m de largura. O padre Colbacchini mostrou a Inácio da Silva Teles outro largo trecho, com quase as mesmas características, ao largo da aldeia Meruri, no Mato Grosso. Há notícias de achados de restos também valiosos no noroeste do Paraná. Portanto há testemunhos dessa primorosa engenharia viária de alguma cultura andina muito avançada. Talvez a dos incas.

**O Sumé civilizador e apóstolo.** O segundo enlace do mito do Paraíso brasileiro foi com o Sumé. O português, ao chegar, percebeu ser o nativo incapaz de trabalhos de técnica viária. No entanto, deparou-se com o prodigioso caminho. Admirado, perguntou ao índio: “O que é isto?” Resposta: “Peabiru”. Insistiu: “Mas quem fez o Peabiru?” O selvagem respondeu aquilo em que acreditava: “Pay Sumé”. O lusitano que fizera a pergunta com interesse de conquistador ouviu a resposta com ânimo de católico. Exclamou: “Mas eles estão falando é de São Tomé”.

São Tomé esteve no bem-querer luso desde os primeiros dias do cristianismo em Portugal. O rei mandou que seus prepostos na Índia revirassem o país, mas localizassem o túmulo de São Tomé. Para onde o

português foi, levou São Tomé. Além disso, ele usava recitar o trecho evangélico que se refere à divisão do mundo feita por Cristo entre seus apóstolos como área de seus trabalhos apostólicos. Ao ouvir o índio, o português ligou Pay Sumé a São Tomé. Daí o ter batizado o Peabiru com o nome de Caminho de São Tomé.

Mas com isso e com a atuação quase igual dos espanhóis na sua área sul-americana, ressuscitaram o mito de Sumé. Quem foi Sumé? Uma figura que está na mítica de todos os povos americanos desde o Alasca à Terra do Fogo. Aparece sempre igual: alto, loiro, às vezes barbado, às vezes imberbe, portando um camisolão. Variação maior, o calçado, que atendia à área de atuação, podendo ser de couro, de cortiça e mesmo de látex, este na região amazônica.

Torna-se amigo da população local, ensina as técnicas agrícolas e artesanais, transmite ensinamentos morais e religiosos, cuida da saúde e da instrução. Mas quando legisla condenando a antropofagia e a poligamia tem contra si os homens, que decidem matá-lo. Na região do Titicaca foi recluso em uma cabana à qual puseram fogo; em áreas como a do nordeste brasileiro, tentaram lapidá-lo. Em outras, foi alvo de flechas. Sempre o sobrenatural interveio em seu favor: chuva providencial, vento forte que desvia as flechas, etc. Com semblante muito triste, cabeça baixa e o dedo indicador erguido, recuando, imerge na água de qual emergira. Prometendo: “Voltarei em tempos nos quais os homens estiverem prontos para aplicar a minha doutrina.” Quando os espanhóis, couraça brilhante e capacete luzindo ao sol do México, do Peru, do Chile, do Paraguai, apresentaram-se aos naturais do país, estes o aclamaram como o Sumé que retornava. Esse acreditar foi a desgraça desses povos. Mas essa é outra história.

Depois de muito estudo, estou convencido de que esse Sumé, que não foi um único indivíduo, na verdade representou um grupo de monges escandinavos que em meados do século XII deixaram seu bispado na Islândia, passando-se para a América. Terão sido os primeiros sacerdotes a falar do cristianismo em nosso continente. Segue-se hoje a orientação de que da Islândia teriam passado para a América do Norte; daí para a Central o Caribe; do Caribe para o nosso Maranhão e daqui para o interior continental. Curioso observar que a mítica indígena, bem assim a crônica colonial centro e sul-americanas, coincidem em relação ao Sumé e a estes personagens ainda misteriosos.

Pessoalmente, não posso esconder uma funda impressão que me deu a leitura do relato de frei Gaspar de Carvajal, cronista da expedição de Orellana - aquela que anunciou a descoberta das amazonas. O frei descreve, e isso se passou em abril de 1542: acostumados a encontrar homens de cabelos pretos, pele bronzeada e baixa estatura, assombraram-se com a chegada à aldeia onde se encontravam de quatro homens brancos, de cabelos claros e que desciam até a cintura. Homens altos, um palmo a mais do que o mais alto dos cristãos. Carvajal destacou serem os quatro louros muito bem educados, esplendidamente vestidos, enfeitados com ouro. Orellana obteve deles aquilo que era de mais precioso no lugar e na situação, isto é, comida e muita conversa em espanhol. Mas nenhuma informação sobre quem eram, de onde provinham e para onde se dirigiam.

Também essa é outra história. As pesquisas continuam, o maravilhoso que delas resulta bem merece que um dia, no futuro, nos encontremos de novo neste local. Mas o assunto de hoje foi o mito da Paraíso. Voltemos a ele.

Curioso observar que esse mito não arrefeceu ao contato do europeu com a dura realidade da terra nova. Homem de fé e necessitado de horizontes, o português continuou acreditando. Porém, adaptando a crença. O mesmo ocorreu na América espanhola. O Paraíso foi mudado para aquilo que melhor parece ao homem rústico a definição do Paraíso: a riqueza, a juventude eterna.

Tivemos então não mais as miragens da Arca e do Jardim, mas as das Fontes da Juventude, das cidades todas de ouro, das montanhas de prata, das lagoas de esmeraldas. Talvez a última manifestação sobre a ocorrência física do Éden em chão brasileiro tenha sido do frei Antônio de Santa Maria Jaboatão: o **Orbe Seráfico**.

Contei para alguns, apenas recordei para outros, algo ligado ao pré-achamento e aos primeiros tempos de nossa terra. Lenda, sim, mas que ajudou muita gente a perseverar na procura e na sua luta, e nisso consiste o viver. Essa gente me comove pelo que acreditou e pelo que procurou. A idéia do Paraíso não se arquiva jamais.

Misturei um tanto as coisas, mas espero ter dito, nesta nossa comemoração especial dos 500 anos do Brasil, algo pouco divulgado. Não importa que ainda esta tarde alguns dos presentes resmunguem que “esta foi uma manhã perdida”. Convivemos todos, por algum tempo, no território

do maravilhoso. Gostaria que essa mensagem fosse levada e que, de alguma forma, estimulasse ao menos uma das senhoras, um dos senhores a prosseguir nas pesquisas aqui sugeridas. Deixo claro, porém, estar compensado e bem pelo fato de que por mais de uma hora as senhoras e senhores toleraram a minha exposição.

Cremos, nós também, que a despeito de governantes que desgovernam, de juizes sem juízo, de policiais que assaltam, de professores que emburrecem, de autoridades que desautorizam, vivemos a um passo de descobrir o Paraíso e fazer dele o Brasil ideal para os nossos bisnetos.